

UNITED STATES MARINE CORPS COMO VETOR PARA A EXTENSÃO DO PODER NAVAL SOBRE TERRA

MAURILO DE SOUZA VILAS BOAS*
Capitão de Fragata (FN)

SUMÁRIO

Introdução
Mudança de paradigmas e o Controle do Mar
O problema operacional
O desafio do Poder Naval nos espaços marítimos confinados
Principais Conceitos Operacionais que buscam solução para o problema
Conclusão

INTRODUÇÃO

O caráter do conflito nas regiões litorâneas do mundo é muito dependente do Poder Naval. O Poder Naval, neste caso, refere-se ao exercício do *hard power* por meio do emprego de força ou ameaça de emprego a fim de alcançar objetivos militares e políticos em regiões marítimas vitais para os interesses de uma nação.

As operações navais devem ser capazes de criar ou negar o acesso às regiões contestadas e aos pontos de estrangulamento marítimos estratégicos. Existem diversos gargalos estratégicos em todo o mundo nos quais as Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) podem ser cortadas. A maioria desses pontos de estrangulamento está localizada em regiões voláteis do globo, como o Mar Mediterrâneo Oriental, o

* Ajudante do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do Comando de Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Foi oficial de Ligação do CFN junto ao Marine Corps Combat Development Command, em Quantico, Virgínia, EUA, no biênio 2018-2019.

Mar do Sul da China, o Mar do Japão, o Oceano Índico e o Golfo Pérsico. Proteger esses pontos é de vital importância estratégica para os Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados, no entanto está se tornando cada vez mais arriscado para o Poder Naval norte-americano defender tais posições da maneira, até então, tida como tradicional.

O crescimento massivo da capacidade antissuperfície por parte dos adversários pares dos EUA, notadamente Rússia e China, fruto do desenvolvimento dos mísseis balísticos hipersônicos de precisão, bem como o emprego de táticas navais irregulares, tais como a utilização em enxame de pequenas embarcações artilhadas e o emprego indiscriminado de embarcações civis realizando levantamentos de Inteligência, está forçando que suas principais plataformas navais de dissuasão – os imensos porta-aviões e suas poderosas Forças Anfíbias – sejam obrigadas a ficar cada vez mais longe do cenário operacional, uma

vez que tais meios tornaram-se alvos em potencial. Tal realidade defensiva, aplicada por meio da estratégia conhecida como A2/AD¹ (termo em inglês para Anti-Access/Area Denial), tem colocado os EUA em uma posição muito vulnerável, tendo em vista que o país não pode abrir mão das LCM e nem colocar em risco as belonaves "insubstituíveis" de sua frota naval, uma vez que atual aversão ao risco tornaria tais perdas praticamente inaceitáveis, forçando a escalada do conflito diretamente para o emprego total da força.

Alguns dos atuais encarregados de desenvolverem a doutrina naval norte-americana, e seus Conceitos Operacionais decorrentes, entendem que a ameaça A2/AD não é um fenômeno novo. Pelo contrário, é apenas uma manifestação moderna do que historicamente tem sido chamado de Estratégia de Negação do Uso do Mar. Conscientes de não haver uma solução mágica que resolva todos os problemas, as ações de desenvolvimento da

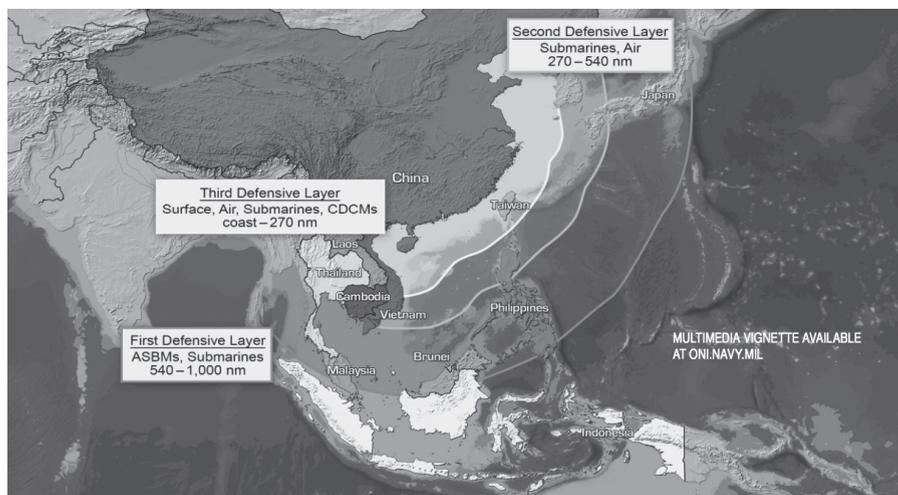


Figura 1 - Sistema defensivo chinês em camadas (A2/AD) na região do Índico-Pacífico

Fonte: <https://missiledefenseadvocacy.org>

1 Os fundamentos da A2/AD preveem o emprego de diversas armas e sistemas integrados das Forças Armadas de um país, dispostos em camadas, conferindo profundidade à sua defesa.

Força têm procurado focar uma sólida arte operacional ao empregar uma combinação de capacidades, atuais e antigas, a fim de gerar forças navais capazes de alcançar os resultados desejados.

China e Rússia estudaram cuidadosamente suas forças nos últimos 18 anos, nos quais os EUA permaneceram operando no Iraque, no Afeganistão e em outros países do chamado Arco da Instabilidade, em uma longa, e ainda inacabada, campanha de contrainsurgência. Após isso, fica claro que reorganizaram seus serviços militares com o foco específico nas principais vulnerabilidades estadunidenses, claramente dependentes de meios muito robustos, tecnologicamente vulneráveis extremamente demandantes em termos logísticos.

Com a realidade da Geografia e do problema A2/AD em mente, as Forças Conjuntas requerem opções e capacidades adicionais a fim de obterem o controle do mar. Nesse

contexto, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA – United States Marine Corps (USMC) pode fornecer essa força aditiva a partir de uma Força Anfíbia com capacidade para conduzir operações que penetrem a defesa do inimigo com o propósito de facilitar a atuação do Poder Naval nas regiões litorâneas de seu interesse.

Este artigo busca trazer uma breve análise das principais capacidades que o USMC vem buscando desenvolver a fim

de continuar oferecendo opções estratégicas críveis diante do problema militar que vem se delineando, principalmente no cenário operacional do Índico-Pacífico.

MUDANÇA DE PARADIGMAS E O CONTROLE DO MAR

Como prescrito pelo físico e filósofo Thomas Kuhn, mudanças de paradigmas acontecem quando hipóteses fundamentais sobre as quais construímos nossa visão de mundo são colocadas a efeito. Ao que parece ser uma mudança no caráter da guerra², ou pelo menos do ponto de vista

norte-americano, as atuais ameaças representadas pelos armamentos de precisão hipersônicos dos inimigos estão forçando uma profunda análise no atual formato de combate de forças, notadamente dos serviços navais. Tal análise advém dos resultados obtidos nos diversos jogos de guerra conduzidos pelo USMC

e pela Marinha dos EUA – United States Navy (USN) – mostrando que qualquer concentração estratégica de forças e a manutenção das longas cadeias logísticas com origem em solo norte-americano serão ameaçadas pela simples intimidação de emprego desses armamentos. Da mesma forma, três dos principais pilares de sua sustentação estratégica de combate estarão igualmente ameaçados: as longas pistas de pouso para os bombardeiros estratégicos;

As atuais ameaças representadas pelos armamentos de precisão hipersônicos dos inimigos estão forçando uma profunda análise no atual formato de combate de forças, notadamente dos serviços navais

2 Apesar de não envolver nenhuma alteração na natureza da guerra, conforme reconhecido pelos seus principais pensadores.

os portos de águas profundas que comportem seus enormes navios de carga e de combate; e seus gigantescos porta-aviões.

China e Rússia continuam dando provas de que manobram com desenvoltura a chamada Guerra Híbrida³, colocando as democracias ocidentais em uma situação de vulnerabilidade, uma vez que estas não estão organizadas, equipadas e adestradas para operar nesse espectro do conflito. O modo de atuação russo na Geórgia, na península da Crimeia e na região do Donbass demonstra que suas ações de anexação foram eficazes, com um emprego mínimo de força, deixando estática qualquer reação militar por parte dos países que formam a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). De forma similar, a estratégia chinesa para a criação de ilhas artificiais no Mar do Sul da China, presumidamente aumentando sua extensão territorial marítima, comprova que as opções estratégicas representadas pelos pilares de Diplomacia, Inteligência, Militar e Economia conseguem praticamente se fundir, borrando a atual percepção das opções estratégicas que esses países vêm empregando a fim de colocarem em prática sua vontade política. Para os mais céticos, basta analisar a opção do governo russo de sacrificar a saúde financeira da empresa estatal de gás Gasprom com o propósito único de controlar o valor do gás exportado para os países da Europa, impondo, taxativamente, sua agenda geopolítica na região.

Após a queda da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), os EUA

assumiram seu previsível papel de única potência militar e acomodaram-se com uma falsa presunção do domínio dos mares. Desde então, assumiram que a construção de navios cada vez maiores bastaria para sustentar sua contundente diplomacia naval representada pelos seus colossais navios-aeródromo de propulsão nuclear.

Não sendo mais uma situação presumível com a qual os EUA possam contar, o Controle de Área Marítima (CAM)⁴ deverá ser, então, conquistado. Como dito pelo General Berger⁵, visões de uma Força-Tarefa Anfíbia, emassada a nove milhas náuticas da costa no Mar da China Meridional, se preparando para lançar sucessivas vagas de embarcações e viaturas anfíbias são impraticáveis e irracionais.

A chamada *Cooperative Strategy for 21st Century Seapower* afirma que estabelecer o Controle do Mar pode exigir que o poder em terra seja projetado para neutralizar as ameaças ou controlar as porções terrestres dos litorais contíguos às porções marítimas contestadas. Da mesma forma, projetar e sustentar o poder em terra requer o estabelecimento do CAM nos mares adjacentes e no espaço aéreo sobrejacente. Nesse contexto, o eixo fundamental do USMC parece mudar seu foco eminentemente terrestre, ao menos nos últimos anos, e voltar às suas origens, operando primariamente em favor da Força Naval, integrando, assim, seus recursos de forma a alavancar suas mútuas capacidades. Aliada a esse pensamento, conforme publicado na *Commandant's Planning Guidance*⁶ (CPG), a principal diretriz estratégica bus-

3 De acordo com o Departamento de Defesa dos EUA, também é conhecida como zona cinza do conflito e conflitos de baixa intensidade, apesar de ainda pairarem várias divergências sobre a classificação do termo.

4 Tarefa Básica do Poder Naval que consiste em controlar, garantindo certo grau de utilização, ainda que temporário, de áreas marítimas limitadas, fixas ou móveis, e sendo exercido na intensidade adequada à execução de atividades específicas.

5 Atual comandante-geral do United States Marine Corps.

6 Diretriz de Comando emanada pelo General Berger logo após sua assunção de cargo, em julho de 2019.

cada por seu comandante-geral é descobrir como fazer com que o USMC passe a ser uma extensão da Força Naval em terra, e não simplesmente um vetor para a realização de Operações Anfíbias.

O PROBLEMA OPERACIONAL

A fim de se tornarem mais eficazes, os recursos empregados para a estratégia A2/AD do inimigo devem ser agrupados e integrados. Devido ao custo relativamente alto desses sistemas para a maioria dos inimigos, é provável que eles somente consigam acumular, comparativamente, pequenas quantidades de meios, enquanto cobrem outras áreas com sistemas menos capazes. A dispersão de uma Força Anfíbia em uma grande área aumentaria a necessidade de recursos do inimigo. Com o intuito de buscar que o inimigo se depare com o dilema de acumular recursos A2/AD em alguns locais ou dispersá-los, em uma tentativa vã de oferecer resistência em qualquer lugar, algumas soluções vêm sendo estudadas.

Nas duas últimas décadas, os EUA iniciaram suas grandes operações de combate com uma salva, quase ritual, de mísseis

de cruzeiro Tomahawk contra instalações de Comando e Controle (C2) e Defesa Antiaérea do inimigo. Essa previsibilidade pode funcionar para induzir seus inimigos a defenderem essas instalações, em vez de porções da costa para a eventual realização de uma Operação Anfíbia. Dessa forma, embarcações de baixo custo, imitando a silhueta de navios anfíbios e equipadas com emissores que imitam suas assinaturas eletromagnéticas, teriam capacidade para atrair os fogos dos sistemas de defesa inimigos. Além disso, modificar os navios de desembarque para parecerem navios de pesca ou navios mercantes permitiria que uma Força de Desembarque ganhasse um elemento de surpresa tática precioso e negasse aos sofisticados recursos A2/AD a aquisição de alvos. De acordo com a análise jurídica dos EUA, tais iniciativas estariam de acordo com o prescrito no Direito Internacional Marítimo. Tal abordagem é bastante discutível, mas vem ganhando apoiadores nos altos círculos militares, uma vez que seus inimigos vêm adotando esse formato irregular de operação no domínio marítimo, trazendo o combate naval para uma arena até então pouco conhecida dos EUA.



Figura 2 – Navio da MPF
Fonte: <https://www.candp.marines.mil>

Outra face do problema operacional diz respeito às Maritime Prepositioning Force⁷ (MPF). A atual concepção de emprego da MPF envolve um processo de várias semanas para que todos os equipamentos de uma Marine Expeditionary Brigade⁸ (MEB) sejam descarregados. Atualmente, os equipamentos são transportados em cinco navios do tipo *Panamax*, sendo necessário um porto que possua, pelo menos, 40 pés de calado. Pelos motivos já expostos, tamanha concentração de equipamentos e militares na mesma área representa uma enorme ameaça ao atual formato de concentração estratégica do Poder Naval norte-americano.

O DESAFIO DO PODER NAVAL NOS ESPAÇOS MARÍTIMOS CONFINADOS

Os Estados Unidos acreditam que a USN seja capaz de vencer qualquer outra Marinha do mundo em um conflito em mar aberto. No entanto, o próximo desafio estará em combater nos mares fechados e confinados, onde, presumidamente, seus maiores adversários contam com capacidade terrestre suficiente para realizar uma defesa antissuperfície eficaz.

A vantagem assimétrica entre a defesa terrestre e os navios cresceu exponencial-

mente em favor da primeira. Tal constatação deve-se ao elevado incremento nas capacidades de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento, sistema de armas e aeronaves que provocaram um substancial aumento no alcance para detecção e engajamento, *versus* as atuais capacidades dos meios navais.

Particularmente, para o USMC, a tarefa também não se mostra simples⁹. Este precisa buscar ser uma Força Expedicionária em prontidão que seja capaz de operar em um ambiente marítimo contestado em suporte à USN. Entende-se que, dentro

do espaço de batalha naval integrado, as Forças Navais podem exercer ou apoiar as tarefas de CAM e Negação do Uso do Mar a partir de Acidentes Capitais¹⁰ terrestres adjacentes aos mares confinados. Nesse contexto, o USMC

é essencial, uma vez que é capaz de combater nas porções contíguas das massas terrestres a fim de propiciar o alcance de tais níveis de controle do mar.

O ponto focal da futura Força Naval integrada será a mudança do atual conceito de Projeção de Poder sobre terra para nos alinharmos aos novos desafios associados à manutenção de uma persistente presença naval avan-

O USMC precisa ser uma Força Expedicionária em prontidão capaz de operar em ambiente marítimo contestado em suporte à USN

7 Força estratégica de transporte naval composta por dois esquadrões (sete navios cada), operada pelo Governo norte-americano, que transporta os equipamentos do USMC e da USN necessários para a edificação do Poder de Combate.

8 Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais do tipo Brigada Anfíbia.

9 Vale mencionar que a estratégia terrestre do Exército dos EUA – US Army para enfrentar a capacidade A2/AD do inimigo é a chamada “*roll back*”. No entanto, alguns analistas consideram que ela tende a provocar uma prematura escalada do conflito.

10 Nesse contexto, entenda-se Acidentes Capitais como sendo as porções terrestres dos litorais contíguas às porções marítimas contestadas. Exemplos: Estreito de Gibraltar e a primeira cadeia de ilhas no Mar do Sul da China, entre outros.

çada que permita a condução de tarefas do Controle do Mar e da Negação do seu uso. (BERGER, CPG, 2019)

Os inimigos precisam ter a percepção de que o USMC é capaz de operar dentro, ou mesmo na retaguarda, da sua Área de Operações com pequenas forças móveis distribuídas, com baixas assinaturas¹¹, prontas para tomarem atitudes hostis e possuidoras de um amplo pacote de ferramentas disruptivas¹².

PRINCIPAIS CONCEITOS OPERACIONAIS QUE BUSCAM SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA

A análise dos Conceitos Operacionais, ora em desenvolvimento pelo USMC e pela USN, pode fornecer algumas pistas para entender como ambos buscam adquirir as capacidades pretendidas para operação nesse ambiente contestado.

Obviamente, como a maior parte da concepção dos conceitos encontra-se hoje em estágios variados de desenvolvimento e testes, podemos entender que o acesso a qualquer tipo de informação mais apurada encontra elevado nível de restrição. No entanto, com base em informações desclassificadas, tentaremos destacar os pontos principais de cada conceito, a fim de buscarmos um entendimento mais amplo da questão.

Os conceitos sumariamente descritos abaixo não encerram uma solução única em si mesma. Pelo contrário, são paralelos e complementares.

Operações Litorâneas em Ambiente Contestado – Littoral Operations in a Contested Environment (Loce)

O conceito encapsulado no Loce¹³ descreve como uma Força Naval integrada, operando a partir de locais dispersos, tanto em terra como em superfície, alcançará o CAM local e a Projeção de Poder em áreas litorâneas contestadas.

Hoje, uma variada gama de sensores e armas modernas se estende por centenas de quilômetros tanto em direção ao mar quanto em direção à terra. Tal composição obscurece a distinção entre operações no mar e em terra e exige uma abordagem operacional que trate os litorais como um espaço de batalha singular e integrado.

Dependendo da situação, a área operacional designada pelo comandante do Teatro de Operações deve incluir uma porção terrestre contígua ao litoral, a fim de permitir a rápida neutralização das ameaças terrestres à Força Naval. A capacidade do Conjugado Anfíbio¹⁴ para projetar múltiplos elementos de uma Força de Desembarque em inúmeros pontos de entrada amplamente dispersos poderia confundir o adversário, complicar seu ciclo decisório e forçá-lo a dissipar sua defesa sobre uma área muito mais ampla.

Operações de Bases Expedicionárias Avançadas – Expeditionary Advanced Bases Operation (EABO)

O conceito EABO¹⁵ busca distribuir ainda mais a letalidade, oferecendo op-

11 Assinaturas termais, visuais, acústicas, radar, eletromagnéticas etc.

12 Tecnologia ou conjunto de tecnologias que alteraram a simetria entre os poderes de combate dos contendores.

13 Conceito produzido de forma conjunta entre o Navy Warfare Development Command (NWDC) e o Marine Corps Warfighting Laboratory (MCWL).

14 Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais embarcado em uma Força Naval, juntamente com os meios aeronavais adjudicados.

15 Ainda em fase de experimentação operacional.

ções baseadas em terra para aumentar o número de sensores e sistemas de armas, além do limite imposto pela quantidade de plataformas marítimas disponíveis. Assim, o EABO advoga o emprego de recursos móveis de baixo custo empregados em locais temporários e austeros, a fim de controlarem porções de terreno que venham a proporcionar segurança para as LCM.

O conceito pretendido pelo EABO envolve a capacidade de combater dentro do alcance dos fogos inimigos, as chamadas Stand-In ou Inside Forces. Essa capacidade, segundo demonstram os resultados obtidos nas simulações conduzidas, criaria uma defesa integrada marítima em profundidade nas cercanias dos Acidentes Capitais a fim de, seletivamente, negar acesso aos mares confinados. Assim, essas Inside Forces precisam ser projetadas para atuar como uma Força Naval Avançada dentro do arco de alcance de

detecção e engajamentos do inimigo. Sua organização, seu adestramento e seus equipamentos permitirão que elas minimizem os riscos operacionais, sejam passivamente defendidas, tomem vantagem da proximidade dos aliados norte-americanos, sejam mais resilientes, invertam a balança dos custos envolvidos e criem incertezas para o inimigo.

Tais bases, interligadas aos sistemas de C2 dos meios navais, como o caso do sistema Aegis¹⁶ em operação em diversos meios navais da USN, poderiam prover fogos de longo alcance para neutralizar as ameaças adversárias, principalmente seus meios navais. Segundo visionado pelo USMC, essa organização deve possuir recursos semiautônomos altamente móveis, modulares e com capacidade de operação remota para realizarem as seguintes tarefas: Identificação, Vigilância e Aquisição de Alvos; Defesa contra Mísseis de Cruzeiro de Superfície; Guerra de Superfície;



Figura 3 – Representação esquemática do Conceito EABO

Fonte: MCWL

16 O sistema de armas Aegis é um sistema de armas superfície-ar integrado responsável pela defesa aérea de um grupo de batalha naval.

Defesa Aérea; Apoio de Fogo de Precisão de Longo Alcance e Guerra Eletrônica.

Com o USMC capturando, mantendo e montando posições avançadas em terra, o escudo de mísseis da USN seria estendido, e o risco para as LCM seria reduzido. De uma forma geral, o USMC poderia mover o perímetro de defesa da Força Conjunta para mais perto dos pontos de origem da ameaça adversária, proporcionando mais espaço disponível para organização e manobra da Força Naval. Da mesma forma, as Forças de Operações Especiais ganhariam ativos adicionais de Apoio de Fogo para suas operações de modelagem durante a preparação do ataque principal.

CONCLUSÃO

Mudanças conceituais envolvem aceitação de riscos. Novas habilidades precisam ser desenvolvidas a fim de cobrirem lacunas que aparecerão, fruto das inovações buscadas. Assim, parece que o USMC chegou a um ponto de inflexão e precisa se reorganizar para continuar oferecendo valiosas opções estratégicas para os decisores nos seus diversos níveis.

Para conseguirem projetar essa Força Futura em qualquer conflito porvir deverão reimaginar suas capacidades a fim

de que se tornem mais resistentes, com menores riscos envolvidos em caso de perdas e mais ágeis no seu emprego. O desafio maior será moldar uma nova força capaz de se tornar menor e mais barata cortando algumas capacidades que serviram no passado, mas que não são mais apropriadas para os desafios futuros. Ao mesmo tempo, precisam ser capazes de impor riscos desproporcionais ao inimigo. Assim, é preciso tentar inverter a balança dos riscos e dos custos, hoje pendendo a favor dos seus adversários.

Como componentes do serviço naval, o USMC e a USN precisarão integrar-se em níveis ainda não conhecidos para, juntos, alavancarem suas capacidades e minimizarem suas deficiências, uma vez que estarão operando sob as mesmas ameaças.

Provavelmente, uma abordagem assimétrica precise ser avaliada, fazendo com que sejam capazes de operarem eficazmente na zona cinza do conflito. Para isso, precisarão de novas organizações, novos equipamentos e adestramento específico. Inequivocamente, precisarão descobrir uma solução de compromisso que os permita manter a dispersão e, quase concomitantemente, serem capazes de conseguir provocar o princípio da Massa quando e onde o desejarem.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS>; Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA; Poder Naval; Marinha dos EUA;

REFERÊNCIAS

BERGER, David. *Commandant's Planning Guidance*. Jul., 2019.

BRASIL, Marinha. Estado-Maior da Armada. EMA-305: Doutrina Militar Naval. Brasília, DF, 2017.

CORBETT, Art. *Expeditionary Advanced Base (EAB) Operations Concept*. 2020. 27 slides.

Apresentação realizada para os oficiais de Ligação creditados junto ao Marine Corps Development Command.

- ECKSTEIN, Megan. *Marine Corps Warfighting Lab Experiments Heading Toward Massive Sea Control Event*. Disponível em: <https://news.usni.org/2018/11/29/marine-corps-warfighting-lab-experiments-heading-toward-massive-sea-control-event>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. *A Cooperative Strategy for 21 Century Seapower*. Washington, D.C., 2015.
- ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. *Littoral Operations in a Contested Environment*. Washington, D.C., 2017.
- ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. *The Marine Corps Operating Concept, How an Expeditionary Force Operates in the 21st Century*. Washington, D.C., 2016.
- FABEY, Michael. *Basic instincts*. Disponível em: https://www.janes.com/images/assets/892/82892/Basic_instincts_Resetting_the_core_operational_mindset_of_the_USMC.pdf. Acesso em: 5 jan. 2020.
- HOLMES, James. *The U.S. Marine Corps Wants Anti-Ship Weapons for “Island-Warfare”*. Disponível em: <https://nationalinterest.org/blog/buzz/us-marine-corps-wants-anti-ship-weapons-island-warfare-heres-why-thats-big-deal-46552>. Acesso em: 3 jan. 2020.
- JORDAN, John. “Think like a pirate, don’t go by the book”. *Marine Corps Gazette*, Quantico, VA. Vol 98/2. Fev. 2014.
- KOFMAN, Michael. *It’s Time to Talk About A2/AD: Rethinking the Russian Military Challenge*. Disponível em: <https://warontherocks.com/2019/09/its-time-to-talk-about-a2-ad-rethinking-the-russian-military-challenge/>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- MARINE CORPS GAZETTE. “The Concepts Branch, Marine Corps Warfighting Laboratory/ Futures Directorate. Littoral Operations in a Contested Environment, Developing a new naval operating concept”. *Marine Corps Gazette*, Quantico, VA. Vol 100/2. Fev. 2016.
- MARINE CORPS GAZETTE. “The Staff, MCWL. The 21st Century MAGTF”. *Marine Corps Gazette*, Quantico, VA. Vol 102/2. Fev. 2018.
- ROHR, Karl. “Counter A2/AD, the amphibious advanced force”. *Marine Corps Gazette*, Quantico, VA. Vol 98/4. Abr. 2014.
- WEINSTEIN, Clifford. “Amphibious Force for a New Era – A shifting paradigm”. *Marine Corps Gazette*, Quantico, VA. Vol 102/2. Fev. 2018.
- WOOD, Dakota. *Rebuilding America’s Military: The United States Marine Corps*. Disponível em: <https://www.heritage.org/defense/report/rebuilding-americas-military-the-united-states-marine-corps>. Acesso em: 15 dez. 2019.